

## AS LUTAS E PROPOSIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO: O BLOCO AFRO AKOMABU DO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA)

REGIS, Kátia Evangelista \*

PAGLIOSA, Marcelo \*\*

SOUZA, Gracy Kelly \*\*\*

### RESUMO

Este artigo discute os resultados da pesquisa realizada no Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), que teve por objetivo compreender como as ações educativas realizadas pelo Bloco contribuem para a construção da identidade negra. Discute-se se as intencionalidades da ação educativa realizada pelo Bloco dialogam com outros movimentos sociais e refletem sobre os subsídios que as atividades do Bloco Afro Akomabu oferecem para a realização de práticas educativas que contemplem a diversidade étnico-racial no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Para tanto, debate-se neste trabalho as políticas públicas federais para a população negra que foram desenvolvidas desde 2003 e realiza-se um breve histórico das lutas da população negra do Maranhão. Conclui-se que as ações do Bloco Afro Akomabu e do CCN-MA colaboram para o processo de construção da identidade negra, para o reconhecimento e valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e proporcionam elementos para o questionamento dos currículos eurocêntricos das instituições educacionais.

**Palavras-chave:** Movimento negro. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Lei nº 10.639/2003.

---

\* Graduada em História pela Universidade de São Paulo (2000), Mestre (2004) e Doutora (2009) em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP em parceria com a Universidade Pedagógica de Moçambique. É Professora Adjunta II da Universidade Federal do Maranhão (Campus São Luís).Email: [katia\\_educ@yahoo.com.br](mailto:katia_educ@yahoo.com.br)

\*\* Graduado em História (2000), Mestre (2006) e Doutor (2011) em Educação pela Universidade de São Paulo. É Professor Adjunto II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus São Luís).Email: [marcelo.pagliosa@yahoo.com.br](mailto:marcelo.pagliosa@yahoo.com.br)

\*\*\* Email: [gks@gmail.com](mailto:gks@gmail.com)

**STRUGGLES AND PROPOSALS OF THE BLACK MOVEMENT: THE AFRO AKOMABU BLOCK FROM THE BLACK CULTURE CENTER OF MARANHÃO (CCN-MA)**

REGIS, Kátia Evangelista<sup>\*</sup>

PAGLIOSA, Marcelo<sup>\*\*</sup>

SOUZA, Gracy Kelly<sup>\*\*\*</sup>

**ABSTRACT**

*This article discusses the results of the research conducted in the African Akomabu Block from the Black Culture Center of Maranhão (CCN-MA), which aims to understand how the educational activities carried out by the Block contribute to the construction of black identity. We discussed the intentionality of the educational action performed by the block, as it maintains a dialogue with other social movements and ponders on the subsidies offered by activities from the African Akomabu Block to the conduction of educational practices that address racial and ethnic diversity, in context with the implementation of the Law 10,639/2003, which made compulsory the teaching of African and African-Brazilian History and Culture. For this we discussed the federal public policies for the black population, developed since 2003, and made a brief history of the struggles of the black population in Maranhão (São Luís, Brazil). We concluded that the actions of the Afro Akomabu Block and the CCN-MA collaborate for the construction of black identity, for the recognition and appreciation of African and Afro-Brazilian history and culture, and provide elements for questioning the Eurocentric curriculum of educational institutions.*

**Keywords:** Black Movement. African and Afro-Brazilian History and Culture. Law 10.639/2003.

---

<sup>\*</sup> Graduated in History from the University of São Paulo (2000 ), M.Sc. (2004 ) and PhD (2009 ) in Education : Curriculum from the Catholic University of São Paulo ( PUC -SP) . Postdoctoral held at the Post -Graduate Education : Curriculum , PUC -SP in partnership with the Pedagogical University of Mozambique . He is Associate Professor II of the Federal University of Maranhão (Campus St. Louis ) ..  
Email: [katia\\_educ@yahoo.com.br](mailto:katia_educ@yahoo.com.br)

<sup>\*\*</sup> Graduate in History (2000 ), M.Sc. (2006 ) and PhD (2011 ) in Education from the University of São Paulo. He is Adjunct Professor of the Federal University of Maranhão ( UFMA - Campus St. Louis ) .  
Email: [marcelo.pagliosa@yahoo.com.br](mailto:marcelo.pagliosa@yahoo.com.br)

<sup>\*\*\*</sup> Email: [gks@gmail.com](mailto:gks@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Vivencia-se, desde 2003, uma importante edificação de políticas públicas para a população negra, desenvolvidas pelo Estado brasileiro, que objetivam a promoção da igualdade étnico-racial no país. Como exemplo inicial, podemos citar a implementação de políticas de ações afirmativas, na modalidade cotas, nas universidades públicas brasileiras. Ocorreram avanços no arcabouço legal: a aprovação da Lei nº 10.639/2003<sup>i</sup>, que tornou obrigatório o ensino da História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares brasileiros e a ratificação da constitucionalidade das ações afirmativas realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por unanimidade (2012). Tal postura estatal diverge das políticas públicas historicamente adotadas no país para a população negra. De acordo com Santos (2013), o Brasil teve um importante avanço jurídico-político a partir de 2003. Não há garantia de que esse avanço leve a transformações drásticas reais na sociedade, entretanto, as mudanças ocorrem primeiramente na lei e de maneira muito mais lenta influenciam as instituições e vão conformando as subjetividades e mentalidades.

Todas estas conquistas não aconteceram devido a simples benesses governamentais – apesar de reconhecermos a postura mais ativa no que tange à construção de políticas antirracistas e/ou de igualdade racial nas administrações de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014/2015-em andamento). Tais ações foram resultado das históricas lutas do movimento negro brasileiro para que suas histórias/memórias e culturas fossem tratadas/reconhecidas adequadamente. Contudo, há muito que se avançar para que ocorra o enraizamento destas políticas públicas, e as organizações do movimento negro possuem um papel fundamental neste processo. A própria Lei nº 10.639/2003 pode ser considerada como parte do projeto educativo emancipatório do movimento negro, como afirmam Arroyo (2007) e Gomes (2007).

No Maranhão, o movimento negro ganhou visibilidade a partir das ações de grupos que problematizaram o contexto social, econômico, cultural e étnico-racial no final dos anos 1970. Da concretização das ideias do coletivo, surgiu o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), que desenvolve, desde 1979, estudos e pesquisas sobre a realidade social da população negra maranhense<sup>ii</sup>. A própria questão dos remanescentes de quilombolas maranhenses insere-se na história do CCN-MA, entidade cuja luta, organização e projetos

possibilitou visibilizar os conflitos de terras nos quais eram vitimadas as comunidades quilombolas/terras de preto.

O CCN-MA, portanto, é uma reconhecida entidade do movimento negro brasileiro que desenvolve há mais de três décadas um trabalho de valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, de reivindicações e de proposição de políticas públicas em prol da população negra maranhense/brasileira, de formação de novas lideranças negras. O Bloco Afro Akomabu do CCN-MA, que surgiu em 1984, consiste em uma de suas valiosas ações artístico-culturais que procuram valorizar a cultura afro-brasileira e afro-maranhense.

Este artigo objetiva apresentar resultados da pesquisa que buscou compreender como as ações educativas realizadas pelo Bloco Afro Akomabu para propiciar o conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira contribuem para a construção da identidade negra e para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial do Brasil. Procura, ainda, discutir se as intencionalidades das ações educativas realizadas pelo Bloco dialogam com outros movimentos sociais e refletir sobre os subsídios que as ações do Bloco Afro Akomabu oferecem para a realização de práticas educativas que contemplem a diversidade étnico-racial no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003.

A proposta teórico-metodológica utilizada foi a de sistematização de práticas sociais, uma vez que se constitui em um instrumento pedagógico que instiga coletivos humanos à produção de conhecimentos e aprendizagens, contribui para a formação de sujeitos, de pensamento e ação que possibilitam aos sujeitos participantes a reflexão e oportunidades para vivenciar experiências propositivas. De acordo com Falkembach (2006, p. 6),

A sistematização intensifica a vivência coletiva no interior da prática social em estudo. Procura fazer com que os processos instalados afetem e convoquem seus integrantes a narrá-la, sob o foco definido, marcando essas narrativas com significados diversos, como são diversas as vozes que narram. Esses significados são dinâmicos, passam por mudanças ou “deslocamentos” em razão das interações e jogos de verdades que ocorrem no interior da prática em estudo. Costumamos dizer que a sistematização incentiva a construção de uma narrativa que contempla “olhares singulares, plurais e sensíveis às mudanças.

No presente artigo discutiremos brevemente as ações do movimento negro brasileiro a partir do final dos anos 1970 em sua denúncia contra o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial no Brasil. Em meados dos anos 1980, esse movimento vai substituindo a denúncia por proposições e ações concretas, postura que permanece nos anos 1990 (GONÇALVES E SILVA, 2000). Destacamos que a partir de 2003 ocorreram importantes

avanços na legislação para a garantia do direito a diversidade étnico-racial do Brasil, apesar dos desafios para a consolidação deste arcabouço legal.

Em seguida situamos a ação do movimento negro do Maranhão, em suas lutas históricas para o reconhecimento e a valorização da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Afro-Maranhense; na problematização das desigualdades étnico-raciais na sociedade maranhense<sup>iii</sup>; na denúncia contra a situação a que são submetidos os quilombos maranhenses e nas proposições para a garantia dos direitos dos(as) quilombolas; na luta contra a discriminação das religiões de matriz africana, e nas ações para a inserção da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas instituições educacionais. É justamente nesse cenário que procuramos entender as práticas do CCN-MA e, particularmente, do Bloco Afro Akomabu.

Por fim, discutimos os resultados apontando desafios apresentados pelos(as) participantes da pesquisa, como as poucas referências à ancestralidade africana e à população negra brasileira nas instituições de educação escolar, a ausência da temática em seus próprios processos de escolarização e as dificuldades apontadas pelos integrantes do Bloco Afro Akomabu de elaboração de pautas comuns de reivindicações com outros movimentos sociais. Também destaca-se a importância do conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira a partir da atuação no Bloco Afro Akomabu, pois contribuiu para a construção da identidade negra dos(as) entrevistados(as).

## **2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO E AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO**

No Brasil, a partir de meados da década de 1970, emergiram movimentos sociais que lutavam por melhores condições de vida, reivindicando direitos que influenciariam as políticas públicas no período constituinte. O movimento negro denuncia a discriminação racial e o racismo na sociedade brasileira enriquecido pela experiência dos movimentos anteriores no Brasil e pelas lutas de libertação dos países africanos, particularmente os de língua portuguesa, pela luta contra o Apartheid na África do Sul e pelo movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos.

A unificação das entidades que lutavam contra o racismo ocorreu em 18 de junho de 1978 por meio da criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (o nome foi simplificado para MNU), durante a realização de Ato Público reunindo mais de três

mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Os fatos que determinaram a sua convocação foram: a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio daquele ano, decorrentes das torturas executadas por policiais em uma delegacia de Guaianases, a expulsão de quatro atletas negros do time juvenil do Clube de Regatas Tietê e o assassinato do operário negro Nilton Lourenço por um policial no bairro da Lapa.

Nos anos 1980, diversos encontros e seminários que foram organizados pelo movimento negro ou apoiados por ele tiveram a educação como tema fundamental, a saber: o seminário “O negro e a educação” realizado em 1986, organizado pela Fundação Carlos Chagas<sup>iv</sup> e pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo; o Seminário “Educação e discriminação de negros” realizado em 1987 em Belo Horizonte/MG; e a realização dos Encontros Estaduais e Regionais das Entidades Negras no final dos anos 1980, que culminaram no 1º Encontro Nacional de Entidades Negras ocorrido em 1991, em São Paulo (RODRIGUES, 2005). A autora, a partir da leitura dos trabalhos apresentados e dos anais desses encontros, aponta três aspectos que lhes são comuns:

- a reafirmação da centralidade da educação como um dos mecanismos de mobilização política e como o principal elemento da mobilidade social da população negra;
- a denúncia das desigualdades educacionais entre negros(as) e brancos(as);
- a apresentação de reivindicações e propostas, muitas vezes partindo de experiências educacionais de organizações negras, objetivando discutir a real contribuição da população negra no Brasil, elemento considerado necessário para a construção de uma identidade negra positiva.

Segundo Gonçalves e Silva (2000), o movimento negro atuou durante os anos 1980 em defesa da democratização do ensino. Essa década pode ser dividida em dois momentos: no primeiro, as organizações denunciavam o eurocentrismo e a consequente ausência da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no livro didático, nos currículos, na formação dos(as) educadores(as), dentre outras questões; no segundo, o movimento negro vai substituindo a denúncia por proposições e ações concretas. Este posicionamento prossegue nos anos 1990.

Durante o processo constituinte, vários movimentos sociais, dentre eles o movimento negro, lutaram para que suas reivindicações fossem atendidas na Carta Magna. A incorporação do debate sobre a temática étnico-racial durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) ocorreu devido à reivindicação desse movimento. Nos trabalhos da ANC<sup>v</sup>, os(as) parlamentares dividiram-se em oito comissões temáticas e 24 subcomissões

temáticas, cada uma responsável pela regulamentação de um tema diferente. Em relação à educação, o anteprojeto da Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias destacava o papel fundamental da escola enquanto instituição que deveria valorizar a diversidade, combater o racismo e todas as formas de exclusão. O documento final da Constituição Federal de 1988 sinalizou para a necessidade de o currículo refletir a diversidade étnico-racial do Brasil, mas retirou as propostas de obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e da reformulação dos currículos de História do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, começou a ser discutida após a promulgação da Constituição Federal e apenas reproduziu os princípios sobre a temática étnico-racial que estavam expressos na Carta Magna: “Art. 242. § 1º O Ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (RODRIGUES, 2005).

As políticas públicas voltadas à população negra no Brasil têm um impulso significativo no início da década de 2000, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Reivindicações históricas do movimento negro foram conquistadas nesse período: a promulgação da Lei nº 10.639/2003; a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)<sup>vi</sup>; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012).

Apesar do avanço no aspecto legal ocorrido nos governos Lula e Dilma, são muitos os problemas ainda vivenciados por grandes contingentes da população negra brasileira. As políticas públicas, mesmo com as ações adotadas a partir de 2003, continuam com grandes desafios no tocante a solucionar as muitas mazelas que persistem, como, por exemplo: a omissão do Estado brasileiro quanto ao extermínio da população jovem e negra, realizado principalmente por suas próprias forças de repressão (as polícias militares são as maiores alvos); a falta de ações federais mais contundentes para a implementação da Lei nº 10.639/2003; o fechamento da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a falta de recursos financeiros alocados na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), órgão do Ministério da Educação responsável

*Kátia Evangelista REGIS, Marcelo PAGLIOSA, Gracy Kelly SOUZA  
As lutas e proposições do movimento negro: o bloco afro akomabu do centro de cultura negra do Maranhão  
(CCN-MA)*

em desenvolver políticas educacionais que visem a extensão do Direito Humano à Educação para a população negra; a pouca contundência em reconhecer e titular as comunidades quilombolas; e o combate mais incisivo às desigualdades étnico-raciais presentes na área educacional, no acesso à renda, em cargos de chefia nos postos de trabalho para que se tenha um país com justiça racial.

Assim, as lutas do movimento quilombola para valerem o direito à terra conquistado na Constituição de 1988, a explosão do Movimento Hip Hop na década de 1990, organizado por jovens em praticamente todas as unidades da federação do país, a existência de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) em mais de cem instituições de ensino superior no Brasil, a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) em 2000 e a instituição do Grupo de Trabalho nº 21 “Educação e Relações Étnico-Raciais” na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) são algumas amostras que confirmam a tese a qual nos referimos: a população negra, por meio de suas lutas individuais e, especialmente, coletivas foram cobrando do Estado brasileiro o desenvolvimento de ações que objetivavam garantir o direito dos(as) negros(os) em políticas públicas antes negadas. Segundo Arroyo (2007, p. 115), “[...] É dever do Estado eliminar toda forma de racismos instituídos”.

Por óbvio, há uma distância considerável entre a promulgação das referidas leis e as condições efetivas para suas implementações/efetivações; entre a importante criação de órgãos estatais específicos para a questão (Seppir e Secadi) e as verbas que são alocadas para elas nos orçamentos anuais; entre a permanência desses órgãos, mesmo com as críticas que sofrem de setores sociais conservadores que apregoam a diminuição no número de ministérios ou secretarias internas, e o grau de importância que possuem dentro da esplanada ministerial e/ou o poder de intervenção em temas de outras secretarias ou ministérios.

Faz-se essa ressalva uma vez que pensar em políticas públicas para a população negra não pode ser apenas desenvolver ações específicas nos âmbitos da Seppir e da Secadi, apesar de serem fundamentais. Todos os ministérios, no momento de aplicar suas ações, deveriam ter quadros internos qualificados que refletissem e propusessem medidas que abarcassem políticas públicas afirmativas para a população negra (53,6% da população brasileira, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE, 2015) ou, no mínimo, que consultassem para valer, com poder de voz deliberativa, os órgãos específicos que discutem a diversidade.

As reivindicações conquistadas nos últimos treze anos, realçamos, não foram fruto de dádivas governamentais puras e simples, apesar de deverem ser saudadas enquanto possibilidades de políticas públicas mais justas. Tais ganhos foram consequência da luta empreendida pelo movimento negro ao longo da história brasileira para a garantia de seus direitos, possuem este horizonte emancipatório e dialogam com movimentos sociais e de educação popular.

Arroyo (2007), em seu texto “A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar”, parte da seguinte indagação: de que forma uma pedagogia multirracial dialoga com o pensamento e a pedagogia popular e escolar? Segundo o autor, é possível estabelecer esse diálogo, até porque estaria nas origens do Movimento de Educação Popular “a busca de sua inspiração nos movimentos sociais de descolonização, emancipação e libertação da África que vinham acontecendo desde as décadas de [19]60 e [19]70” (2007, p. 112). A troca de opiniões tem acontecido por meio da identidade ou confluência de concepções e de matrizes educativas, porém, principalmente, o diálogo torna-se viável pela identidade de concepções de sociedade e de ideias de igualdade, emancipação e liberdade.

O direito à diversidade seria o fator de aproximação entre a pedagogia multirracial e a pedagogia popular. É valioso lembrar que Paulo Freire dedicou especial atenção ao Continente Africano e aos processos de descolonização dos currículos. Arroyo (2007, p. 113) ressalta inclusive que “[...] as pedagogias multirraciais terão mais facilidade em encontrar um diálogo com a pedagogia popular do que com a pedagogia escolar”. O autor (2007) acrescenta que o Movimento Negro nasce com a identidade emancipatória, com o horizonte libertador dos coletivos negros.

Entretanto, a pedagogia multirracial que reconhece sujeitos coletivos de direitos tem dificuldade justamente nesse ponto no diálogo com a pedagogia escolar, que se apega a concepções individualistas de estudantes e de seus direitos à educação, a entrada e permanência nas escolas e universidades. Daí a importância da luta do movimento negro brasileiro e, particularmente, afro-maranhense, como veremos a seguir.

### **3 BREVE HISTÓRICO DAS LUTAS DA POPULAÇÃO NEGRA DO MARANHÃO**

Falar sobre a história da população negra do Maranhão é se referir a uma vasta gama de lutas nas áreas rurais e urbanas, especialmente de São Luís. É lembrar da Balaiada, ocorrida na primeira metade do século XIX, uma das principais revoltas de escravizados(as)

*Kátia Evangelista REGIS, Marcelo PAGLIOSA, Gracy Kelly SOUZA  
As lutas e proposições do movimento negro: o bloco afro akomabu do centro de cultura negra do Maranhão  
(CCN-MA)*

ou libertos(as) da história brasileira. É reverenciar Cosme Bento das Chagas (1800-1842), o Negro Cosme, um dos principais líderes balaios. Assassinado há quase um século e meio, sua figura ainda permanece venerada pelos(as) negros(as) maranhenses como um exemplo de grande guerreiro que lutou contra a sociedade escravista: Negro Cosme, o Imperador da Liberdade. É exaltar Maria Firmina dos Reis (1825-1917), professora e autora de um dos primeiros romances abolicionistas: *Úrsula*. Ela é considerada a primeira romancista brasileira.

A Balaiada não foi a única resistência ocorrida na área rural no período escravista. Muitos foram os quilombos formados nos períodos colonial e imperial que foram catalogados pela historiografia em várias regiões do atual Estado do Maranhão: na Baixada Maranhense, em Codó, nos vales do Turiaçu, entre outras. A abolição da escravidão não garantiu a inclusão social (educacional, de políticas de saúde, moradia, entre outros) da população negra. O século XX presenciou a luta das centenas de comunidades negras rurais localizadas no Maranhão contra a invasão de suas terras por grileiros. A especulação fundiária e o aumento da ocupação populacional em terras antes isoladas contribuíram para que fazendeiros detentores de poderes econômico e político avançassem nas suas inescrupulosas ganâncias em tomar as terras das muitas vezes centenárias comunidades rurais negras. Os conflitos de terra e o conseqüente assassinato de muitas lideranças quilombolas ocorreram em muitas regiões do Estado, mas as resistências dessas comunidades rurais quilombolas frente aos ataques dos detentores de poder também não podem deixar de ser lembradas.

Um caso emblemático que gerou muita repercussão foi a desapropriação realizada pelo próprio Estado brasileiro de 52.000 ha de terras quilombolas no município de Alcântara, em 1981, para a instalação de uma base espacial. Centenas de famílias que habitavam esse território foram deslocadas para outras áreas, ficando na maior parte dos casos com terras de baixa fertilidade, distantes das áreas pesqueiras em que obtinham seus sustentos<sup>vii</sup>.

Durante a década de 1980, as comunidades negras rurais realizaram uma série de encontros estaduais para unificar suas reivindicações, fortalecer suas lutas e formar lideranças. Em 1988, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) criaram o “Projeto Vida de Negro”, que desenvolve ações para os encaminhamentos legais, estudos e identificação de áreas para titulação de posse definitiva pelos quilombolas. Pioneiro no Brasil, esse Projeto tornou-se referência para comunidades quilombolas de outros estados do país e contribuiu para a formação de um movimento nacional que reivindicasse o cumprimento do Artigo 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, relativo à titulação das Terras de Quilombo<sup>viii</sup>. Desde meados da década de 1990, as comunidades negras rurais formaram a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), que atualmente conta com mais de 300 comunidades associadas.

No período atual, pode-se citar a continuidade da luta das religiões de matrizes africanas para manter seus ritos e suas tradições. As diversas manifestações culturais ligadas à população negra também são exemplos da luta dessa população para manter seus costumes: o bumba meu boi em seus diversos sotaques, o movimento regueiro, a juventude do movimento Hip Hop, o Quilombo Urbano, os blocos afros, entre outras manifestações.

Um momento muito especial para todas(os) as(os) integrantes do movimento negro do Maranhão foi a inauguração, em 2015, da primeira Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros do país na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Criada a partir da proposição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFMA, que congrega estudantes, funcionários(as), docentes da instituição e outros(as) colaboradores(as) não pertencentes aos quadros da UFMA, esta Licenciatura oferece uma formação presencial interdisciplinar na área das Ciências Humanas. Essa iniciativa é resultado das lutas históricas empreendidas pelos sujeitos negros para a garantia de seus direitos à história, à memória e teve enorme repercussão nacional e internacional quando do seu lançamento.

Kabengele Munanga (2012, p. 10) realça que o reconhecimento da História da população negra é o primeiro fator constitutivo da identidade dos coletivos negros brasileiros:

[...] No entanto, essa história, mal a conhecemos, pois ela foi contada do ponto de vista do “outro”, de maneira depreciativa e negativa. O essencial é reencontrar o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga à África sem distorções e falsificações. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la para as futuras gerações. Razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica era uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados.

Como veremos a seguir, o CCN-MA desenvolve uma série de atividades educativas que procuram salientar a importância do estudo da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira. Tais ações procuram formar sujeitos negros(as) que valorizem a identidade coletiva da qual eles e seus antepassados fazem/fizeram parte. A cultura não deve morrer.

#### 4 O BLOCO AFRO AKOMABU DO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: A SISTEMATIZAÇÃO DAS SUAS AÇÕES

Conforme destacamos, as organizações do movimento negro são locais de aprendizagem para os(as) que neles atuam ao possibilitar aos sujeitos envolvidos um novo olhar sobre o ser negro(a) e trazer para toda a sociedade reivindicações e proposições para a superação das desigualdades étnico-raciais. Nestes locais são realizadas ações que possibilitam o conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que podem contribuir para a construção da identidade negra e possibilitar a desconstrução de imaginários, discursos, posturas e visões preconceituosas e estereotipadas sobre a população negra. Além disso, realizam reivindicações, críticas e proposições para que esta parcela populacional se constitua enquanto sujeito coletivo de direitos. É neste marco que se situam as ações do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Atualmente, o CCN-MA desenvolve diversas ações artístico-culturais como forma de valorização da cultura afro-brasileira e maranhense. Suas ações são específicas e voltadas para alguns programas, como o “Programa de Formação e Participação”, o “Programa Políticas Públicas e Direitos Humanos” e o “Programa Cultura e Identidade Afro-Brasileira”. Este último objetiva consolidar e divulgar manifestações culturais da população negra e, com isso, possibilitar alterações das visões preconceituosas acerca da arte e cultura afro-brasileira.

Dentre os projetos há o Bloco Afro Akomabu (Akomabu significa na língua Fon “a cultura não deve morrer”). Criado no dia 3 de março de 1984, constitui-se como uma das formas da luta do CCN-MA no combate ao racismo, ao preconceito racial e à discriminação racial. As ações do Bloco possuem a intencionalidade educativa de propiciar o acesso aos saberes e aos conhecimentos da ancestralidade africana e da população negra brasileira por meio do ritmo Ijexá, utilizando instrumentos como atabaque, agogô, cabaça, marcação, tumbadora e timbal. Esse processo ocorre, por exemplo, a partir da definição do tema do desfile em cada ano, o que impulsiona a realização de pesquisa detalhada sobre a temática para possibilitar a composição das letras das músicas, as danças e a confecção de material para divulgação.

Segundo Souza (2013), a entidade transmite conhecimentos historicamente excluídos do currículo eurocêntrico das instituições educacionais. Dinâmicas mais tradicionais como palestras e oficinas são combinadas com outras como rodas de conversa, atividades culturais, vivências práticas, dentre outras possibilidades que os espaços não escolares oferecem. Para

esse propósito, destaca-se o Bloco Afro Akomabu, que objetiva o acesso a formas diferenciadas de saberes como a música e a dança a partir da necessidade do conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

A partir da perspectiva metodológica de sistematização das práticas sociais (FALKEMBACH, 2006), desenvolvemos as seguintes ações:

- revisão bibliográfica sobre as ações das entidades do movimento negro e acerca das suas contribuições para o conhecimento da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;
- levantamento e análise dos documentos sobre o CCN-MA e, particularmente, acerca do Bloco Afro Akomabu;
- participação nos ensaios do Bloco Afro Akomabu na sede<sup>ix</sup> do CCN-MA nos sábados à noite de outubro/2014 a fevereiro de 2015;
- entrevistas semiestruturadas com quatro integrantes do Bloco;
- participação nos quatro dias de desfile do Akomabu no Carnaval (14 a 17 de fevereiro de 2015);
- realização de sistematização dos coordenadores da pesquisa com quatro integrantes do Bloco no dia 28/02/2015;
- participação no Seminário Akomabu no dia 07/03/2015, que discutiu sobre os seguintes aspectos relacionados às ações do Bloco no Carnaval 2015: Abanjá<sup>x</sup>, Bateria, Benção na Sede; Fantasia/Tecido; Divulgação; Circuito Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Passarela do Samba; Ensaios internos e externos; Comissão Akomabu; Música/Tema; Cantores(as) Compositores(as) e Sustentabilidade;
- participação nas reuniões da comissão organizadora do Carnaval 2016, que teve como tema “Divino Espírito Santo”.

O critério utilizado para a seleção das pessoas que seriam entrevistadas e participariam do grupo de sistematização foi o de se buscar aquelas(es) com forte atuação no Bloco Afro Akomabu e que representassem diferentes formas de atuação no CCN-MA. Por conseguinte, o grupo de sistematização foi constituído pelos seguintes integrantes do Bloco:

1. Carlos Benedito Rodrigues da Silva, 64 anos – Cantor e compositor do Bloco Akomabu. Doutorado em Antropologia. Docente do Departamento de Sociologia e

Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Participa da entidade há 33 anos.

2. Ana Amélia Bandeira, 53 anos – Coordenadora do CCN. Graduada em Administração. Atua no CCN desde 1986.
3. Robson Cláudio Lopes dos Santos, 27 anos – Estudante de Música na UFMA e integrante do Bloco. Está na entidade há 19 anos.
4. Samara Regina, 21 anos – Integrante da percussão do Bloco Afro Akomabu. Possui o ensino médio. Operadora de Telemarketing. Participa do Bloco há 4 anos.

Nas entrevistas realizadas, as questões objetivaram identificar como o conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira a partir da atuação dos envolvidos no Bloco contribuem para a construção da identidade negra dos(as) entrevistados(as). Desta maneira, observamos suas trajetórias de vida e procuramos compreender seus anseios, suas perspectivas e as motivações que impulsionam as suas permanências na entidade.

## 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por intermédio da análise das entrevistas, percebemos que a participação no Bloco Afro Akomabu possibilita o conhecimento sobre a temática e contribui para a afirmação da negritude dos envolvidos. A participação no Bloco colabora para os sujeitos compreenderem e lutarem contra o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial na sociedade brasileira. Influencia, também, a própria escolha profissional dos(as) envolvidos(as), como destaca Robson dos Santos, que iniciou a trajetória no Centro a partir de sua participação no bloco *Os Filhos do Akomabu*<sup>xi</sup>. Robson dos Santos afirma que conheceu primeiramente o Centro de Cultura Negra pelo fato de morar próximo da sede e pela

*[...] batucada dos tambores que atraiu eu e meus amigos, assim como hoje a gente vê as crianças participando das atividades. Eu era uma dessas crianças que vinha pra cá e me interessei, participando também de alguns projetos. [...] A música sempre fez parte de mim e o CCN deu um salto na minha carreira a partir do despertar da minha negritude.*

Segundo Munanga (2005-2006), ao nos depararmos com concepções sobre a identidade negra, lembramo-nos de como sua relação com a modernidade é marcada pela diáspora africana, ou seja, de como a cultura negra é criada e redefinida a partir de reelaborações culturais. Porém, conforme o destaque de Gomes (2012, p. 43), a construção de

“[...] uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as) [...]”.

A afirmação identitária constitui-se como um processo contínuo. A relação de Samara Regina com o Bloco Afro Akomabu é de apenas 4 anos e, com tom de satisfação, conta sua trajetória na entidade:

*Eu não conhecia nada antes, fui conhecer com ele [um amigo] que me convidou a vir. Eu sempre tive vontade de encontrar um lugar como esse para poder me integrar no meio. O que me motiva estar aqui é saber, aprender mais sobre percussão, poder sair pra fora e mostrar pro povo o que é a cultura negra.*

Gomes (2003) enfatiza que, ao buscar entendimento sobre identidade negra, deve-se pensá-la não como a única possível de ser construída e incorporada pelos sujeitos pertencentes a esse grupo étnico-racial, mas como uma dentre múltiplas inseridas nos conceitos de identidades sociais. Essa construção perpassa um processo individual e coletivo de aprendizagem para além das instituições educacionais, como se observa na fala da entrevistada Samara Regina:

*O Bloco Afro Akomabu me possibilitou entender questões como preconceito racial, racismo, preconceito contra as mulheres negras. [...] Já possuo outra visão enquanto mulher negra, sobre identidade negra, autoestima. [...].*

Nas entrevistas que realizamos observou-se que o interesse em participar do Bloco Afro Akomabu foi impulsionado por influência familiar, de amigos(as) ou por interesse individual de conhecer mais sobre a musicalidade e a dança africana e afro-brasileira. Robson Santos, por exemplo, nos conta a sua trajetória a partir de sua participação no bloco *Os Filhos do Akomabu* que, em meados dos anos 1990, integrou grande parte das crianças e adolescentes que eram filhos(as) daqueles que atuavam no Bloco Afro Akomabu. É possível ressaltar, por conseguinte, que a criação do Bloco *Os Filhos do Akomabu* foi fundamental para assegurar a participação das crianças no Centro de Cultura Negra, mesmo depois que o carnaval acabava. Hoje Robson é um dos compositores de algumas das músicas do Bloco, além de ser intérprete e DJ das festas institucionais. Como estudante de graduação do curso de música, destaca que:

*[...] o despertar pela minha negritude foi o fundamental. [...] a música sempre fez parte na minha vida desde a infância. O CCN deu um salto em*

*minha vida muito grande, na música. Recebi muita formação, conhecimento a partir daqui! Coisa que eu não teria fora. A questão da identificação foi fundamental para eu ainda estar aqui.*

No Grupo de Sistematização objetivamos refletir sobre os desafios da luta do movimento negro para o reconhecimento e para a valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; discutir se as intencionalidades da ação educativa realizada pelo Bloco dialogam com outros movimentos sociais e refletir sobre os subsídios que as ações do Bloco Afro Akomabu oferecem para a realização de práticas educativas que contemplem a diversidade étnico-racial no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003. Refletimos, desta forma, sobre os objetivos do Bloco e como ocorre a concretização destas intenções por meio do desenvolvimento de ações educativas. Tivemos dificuldade em reunir os integrantes da sistematização devido às atividades de trabalho dos participantes e à intensa agenda do Bloco nos finais de semana que antecedem o Carnaval, mas conseguimos reuni-los(as) no dia 28 de fevereiro de 2015.

A sistematização permitiu percebermos que para os envolvidos a atuação do movimento negro nas lutas e reivindicações para a garantia dos direitos educacionais da população negra contribui para a problematização da ideologia de branqueamento e do mito da democracia racial no Brasil, mediante o questionamento das desigualdades étnico-raciais.

Os integrantes apontaram como desafios as dificuldades de aglutinar jovens às ações do CCN/Bloco Afro Akomabu, particularmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, como ressalva Carlos Benedito: "*Como garantir a permanência dessa juventude, dessas crianças aqui? A gente percebe ao longo desse processo todo que a gente perdeu muitos para o crime e a gente se sente muito impotente*". O entrevistado também salienta a sustentabilidade financeira das ações do Bloco ao apontar a necessidade de uma estrutura interna para garantir os custos financeiros por meio de projetos e patrocínios. Isso possibilitaria sair do controle do Estado que diz quando e onde se pode apresentar, o que acaba retirando a liberdade do Bloco. O entrevistado também entende a permanência dos participantes como fator importante a ser pensado e aponta a necessidade de as pessoas verem o Bloco Afro Akomabu não somente como mais um bloco carnavalesco que passa pela rua:

*É interesse que elas [os participantes] procurem interagir mais, participar das atividades da entidade. [...] Nesses 30 anos de Bloco, desde que eu cheguei, compreendo o CCN como espaço de formação política, de negritude e de consciência.*

Para a garantia dessa permanência, Carlos Benedito complementa: “*continuar com os momentos de formação, discussão, conhecer outros grupos fora daqui e entender como se dão as articulações lá, promover atividades de discussão de textos, debater*”. Outros aspectos também foram destacados como desafios para o trabalho do Bloco Afro Akomabu. Ana Amélia Bandeira realça a necessidade de “*pessoas para trabalharem conosco, de levar o Akomabu para fora do CCN. Precisamos de recursos humanos para conduzir o bloco durante o percurso, trabalhar com as crianças*”.

Em relação à articulação com outros movimentos sociais, houve o destaque das dificuldades em elaborar pautas comuns de reivindicações e que nem sempre a dimensão étnico-racial é muito considerada em outros movimentos. Apesar disso, foi apontado que existe a tentativa de diálogo com os movimentos sociais e que o movimento negro no Maranhão, conforme exposto por Ana Amélia Bandeira, busca articular as questões étnico-raciais com relações de gênero e participar nos Fóruns de Juventude, no Grupo de Mulheres Mãe Andresa, na Rede Amiga da Criança, entre outros. Robson dos Santos também aborda esta questão:

*[...] sinto falta de integração dos movimentos. Eu observei um certo movimento de interação naquele momento de junho de 2013 (“o gigante acordou”), mas fora isso a gente vê os movimentos sociais isolados. Às vezes têm atividades do movimento LGBT que está só o público LGBT, os outros movimentos não abraçam a causa, acho que falta um pouquinho mais de uma interação entre eles. Seria a necessidade de pautas em comum.*

O movimento negro é um dos principais movimentos sociais brasileiros na contemporaneidade e no contexto atual brasileiro são muitos os que estão reivindicando questões específicas com grande repercussão nacional: LGBTTTS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes), mulheres, jovens, camponeses(as), movimentos por moradia em áreas urbanas, etc. Vale destacar que, apesar de pleitearem causas peculiares, o diálogo e o corte transversal nas reivindicações se fazem necessários.

Muitos militantes LGBTTTS são jovens e, por conseguinte, carregam consigo pautas desses dois grupos, como, por exemplo, o combate à violência homofóbica que atinge jovens gays e lésbicas; muitas das que lutam por moradias nas cidades são mulheres e requerem atenções para o seu gênero. Em relação à questão étnico-racial, é fundamental que seja levada em consideração nas pautas dos outros movimentos supracitados. A maioria que reivindica o

acesso à terra e/ou a moradia é composta por pessoas negras; as mulheres e o público LGBTTTTS que são negras(os) estão ainda mais vulneráveis a sofrer violência, a não ocupar empregos com maior remuneração do que as(os) brancas(os); os jovens negros são as maiores vítimas em casos de homicídio no país; os índices educacionais mostram que a evasão escolar atinge mais os(as) jovens negros(as) do que os(as) brancos(as). Em suma, é importante considerar também a dimensão étnico-racial nestes outros movimento sociais, afinal a maioria dos sujeitos excluídos desse país são negros(as).

Ainda sobre o contexto atual dos movimentos sociais, Carlos Benedito Rodrigues da Silva destaca:

*Parece que houve uma certa desarticulação dos movimentos por conta das lideranças assumiram cargos no estado. Confusão de administrar movimentos sociais e administrar os cargos. Repercutiu numa certa fragilização, mas mesmo assim a gente teve conquistas importantes como fruto da organização do movimento, dessas lideranças. Falando do Movimento Negro, muitas lideranças assumiram cargos no Governo Lula e isso teve frutos importantes como a SECADI, a questão da saúde da população negra, a questão quilombola. Eu acho que houve uma certa fragilização, mas mesmo assim temos ganhos muito importantes. Muitas demandas se transformaram em políticas públicas. As perdas talvez tenham a ver mais com as barreiras que o racismo enfrenta.*

As mudanças no cenário político brasileiro desencadeadas pela ascensão ao poder do governo Lula contaram com características mais inclusivas – sem nos esquecermos da coalizão com frações do capital nacional e das alianças realizadas com setores conservadores ou mesmo oligárquicos – e as reformas na gestão das políticas sociais acabaram por reformular muitas das relações entre importantes setores dos movimentos sociais e o governo federal.

Antes de tudo, não se pode deixar de mencionar as contradições presentes nas gestões Lula e Dilma. Avanços sociais consideráveis, como o desenvolvimento de políticas de renda mínima (Bolsa Família, entre outros), a elevação real do salário mínimo e o consequente aumento do poder de compra de setores até ali alijados de direitos básicos, foram implementados sem uma mudança na lógica do processo de desenvolvimento capitalista, sem reformas tributária, agrária, entre outras consideradas indispensáveis para uma ruptura na concentração de riquezas brasileira.

Vivencia-se também alterações abruptas nas formulações e implementações das políticas sociais. Novos atores são chamados a desenvolvê-las. Criam-se mecanismos de

parcerias com Organizações Sociais (OSs) e programas de Parceria Público-Privada que alteram a atuação direta do Estado na prestação de alguns serviços sociais e transferem a operacionalização para o setor privado sem fins lucrativos (GOHN, 2014). É imperioso citar, outrossim, que a reserva de mercado para o setor privado com fins lucrativos, tão em voga durante as gestões Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não se exauriu nos governos Lula e Dilma. A expansão da saúde e do ensino superior privados são alguns dos contundentes exemplos.

A reconfiguração do panorama do associativismo civil acabou gerando, por outro lado, o desenvolvimento de importantes aspectos de interlocução entre o Estado e a sociedade civil:

[...] Novas redes de participação institucionalizadas foram criadas com os conselhos, câmaras, fóruns e assembleias nacionais, implementadas pelo poder público por meio de políticas sociais para atender às novas exigências constitucionais. Essas formas de participação institucionalizada, regulada por normas e regras do setor público estatal, passaram a ocupar o espaço associativo antes dominado pelos movimentos sociais. Portanto, para entender a construção e a dinâmica do sujeito nos movimentos e redes sociais civis na atualidade, é necessário entender as novas políticas institucionalizadas do país [...] (GOHN, 2014, p. 58).

O resultado desse processo é o descentramento dos sujeitos históricos. Se até a década de 1990 as iniciativas sociais, geralmente, focavam na questão da classe social e gravitavam em torno dos movimentos populares, reivindicando dos poderes públicos pautas centradas em direitos universalistas, a nova reconfiguração da relação Estado-sociedade civil coloca para dentro do corpo organizativo estatal muitos movimentos sociais. Gohn (2014, p. 59, aspas da autora) ressalta algumas das características desse novo tipo de relação:

A nova política estatal de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, favoreceu projetos focalizados, pontuais, dirigidos a crianças, jovens, mulheres, índios etc. A palavra de ordem desses projetos e programas passou a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ativo e não apenas um passivo reivindicante, incorporar-se ou propor um projeto social de ação. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. Associações e ONGs foram criadas autodenominando-se de “movimento social”.

Por certo não foram todos os movimentos sociais que passaram a atuar de maneira quase endógena na aparelhagem estatal. Muitos continuaram ou se configuraram fora do braço oficial, não realizando parcerias como as descritas. Ademais, em muitas situações (mas

não em todas, é bom realçar) esses movimentos sociais são chamados para auxiliar o poder público a formular e implementar políticas públicas mais inclusivas, a fiscalizar ações estatais desenvolvidas em áreas sociais.

Outro desafio apontado pelos(as) integrantes do grupo de sistematização diz respeito aos(às) participantes afirmarem que há poucas referências à ancestralidade africana e à população negra brasileira nas instituições de educação escolar, e que, inclusive, a atuação no CCN-MA e no Bloco ofereceu subsídios para o questionamento dos currículos eurocêntricos da educação básica e do ensino superior.

Além disso, destacam a ausência da temática em seus próprios processos de escolarização. Quando questionada sobre o seu percurso escolar, Samara Regina afirma que toda a sua formação sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira foi longe do espaço escolar:

*Na escola não aprendi nada, fui aprender fora da escola. A gente questionava a professora, pois queríamos aprender sobre isso, mas nada era dito. [...] Na escola é falado só por falar mesmo, não chega a aprofundar o assunto.*

Robson dos Santos também opina sobre esta questão:

*[...] Tenho pouca referência escolar sobre a História do povo negro. Quando estudava no ensino médio (2003 e 2004), eu discutia com a professora de História, pois como já havia recebido algumas informações do Centro de Cultura Negra do Maranhão questionava os professores sobre a maneira como eram passadas as informações sobre o 13 de maio e o 20 de novembro, únicos momentos que a nossa história era contada, de maneira defasada e tímida. Os professores sempre se baseavam na história oficial, da maneira que estava no livro. Fui aprender a história no Centro de Cultura Negra do Maranhão.*

Cabe salientar que as ações educativas realizadas pelo CCN-MA dialogam com o pensamento e os processos metodológicos comuns ao que se denominou pedagogia popular ou Educação Popular: a) a busca por se constituir em um ambiente democrático de discussões e de formação de novas lideranças; b) a ocupação de um espaço de educação não formal que insere temáticas que o sistema formal de educação desmerece e/ou opta por ocultar; e c) a pressão para que as instituições educacionais e os órgãos governamentais reconheçam (ou sejam obrigadas a reconhecer) as histórias e culturas advindas da população negra que até o momento eram desprezadas pelos detentores de poder.

Desta forma, destacamos que para o reconhecimento e para a valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira são fundamentais as contribuições das organizações e entidades do movimento negro. Estas organizações e entidades podem oferecer elementos para as instituições educacionais acerca de saberes e conhecimentos dos(as) africanos(as) e da diáspora no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) estabelecem que os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão constituir canais de comunicação com o movimento negro, grupos culturais negros, objetivando buscar elementos e trocar experiências para a realização de planos institucionais, pedagógicos e projetos de ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, oferecendo elementos para o combate ao racismo e às discriminações presentes na educação escolar. Conforme Arroyo,

De alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica. Um pensamento que tinha como tradição pensar essa história como apêndice da história oficial, das articulações do poder, das concessões das elites, das demandas do mercado [...]. (2003, p. 30)

Reiteramos que nas ações do Bloco Afro Akomabu e nas atividades do CCN-MA sempre houve a preocupação em favorecer o conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileiro, como aponta Carlos Benedito:

*Mesmo antes da aprovação da Lei [Lei nº 10.639/03] a gente já tinha essa preocupação, porque a gente fazia no período de maio a semana do negro e a proposta era irmos às escolas cantar música, falar do negro na sociedade. E mesmo antes até no final dos anos [19]80 a gente tinha os encontros de negros do Norte e do Nordeste nos quais toda essa demanda da lei já era discutida pelas organizações do movimento social negro ao longo de muito tempo. As escolas, os encontros nas comunidades quilombolas. E as músicas servem pra isso, pois muitos professores que conhecem ou já passaram pelo CCN usam um ou outro CD em aula nesse período do 20 de novembro e essa referência ficou.*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bloco Afro Akomabu vem redefinir e alargar possibilidades de combate ao racismo, criando formas de acesso de crianças, adolescentes e adultos negros(as) em um processo educativo que valoriza a importância da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira por meio da música, da dança, do vestuário e das estamparias. A participação das crianças e adolescentes é crucial para a continuidade do Bloco e, ao mesmo tempo, para a transmissão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Muitas das ações realizadas pelo bloco se coadunam ao que se convencionou chamar de Educação Popular. As atividades desenvolvidas pelo CCN-MA e por seu Bloco Akomabu, em um processo dialético, influenciaram e sofreram influência das prerrogativas da Educação Popular que tiveram ápice na década de 1980, muito devido às ideias de Paulo Freire. É mister salientar que esse educador, apesar de não ter sido um especialista que focou suas análises na questão étnico-racial, teve uma importante preocupação com o processo de independência dos países africanos ocorrido na segunda metade do século XX e com a formação educacional que seria proporcionada aos(às) africanos(as). Freire também chamava a atenção para a abominável desigualdade racial presente no Brasil, que vitimava/vitima grandes contingentes da população negra brasileira. A Educação Popular sempre esteve muito ligada ao espaço da Cultura Popular e o Akomabu simboliza essa interligação, esse tão necessário diálogo entre educação e cultura populares.

As contribuições das organizações do Movimento Negro para o reconhecimento da diversidade étnico-racial notoriamente vão para além da denúncia do racismo, propondo práticas educativas questionadoras do currículo escolar e, ao mesmo tempo, contribuindo para a inserção do ensino da História Africana e Afro-Brasileira no ambiente educacional. A cultura, tal como a área educacional, é um espaço de disputa. No caso do Akomabu, inclusive se destaca o espaço de disputa curricular. A música, a dança e as artes plásticas presentes em cada desfile carregam a luta de inserir a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar, servem de base para o reconhecimento e para a valorização identitária do coletivo negro maranhense. O reconhecimento da identidade de sujeitos coletivos alijados de seus direitos e de suas histórias, como é o caso da população negra brasileira, é um campo de disputas e, por isso, campo de possibilidades, de utopias, de possíveis avanços na discussão da temática étnico-racial.

Os relatos presentes nas entrevistas demonstram que as escolas formais ainda permanecem como espaços em que a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira não são adequadamente consideradas, mesmo após treze anos da implantação da Lei nº 10.639/2003. O CCN-MA/Bloco Afro Akomabu, ao realizar oficinas em escolas públicas com o objetivo de mostrar a riqueza das contribuições históricas, filosóficas, econômicas, sociais, culturais das(os) africanas(os) e das(os) afro-brasileiras(os), contribui para que a cultura desses povos não morra, como destaca o próprio nome do Akomabu.

Entender a musicalidade de origem africana significa compreender que é composta de ritmos que remetem à ancestralidade e aos sons dos terreiros, que contribui para a reflexão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Como outros processos identitários, a identidade negra é construída em um processo coletivo, nas relações que os sujeitos estabelecem com o outro.

O CCN-MA cumpre um papel primordial na discussão sobre o racismo no Brasil, na luta pela manutenção das terras quilombolas, na exaltação da importância da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no Brasil. Ao longo dos seus de 36 anos de existência, contribuiu na formação política e educacional de uma grande parte das lideranças negras do Maranhão, mesmo das que atualmente se encontram atuando em outras entidades ou instituições.

O conhecimento da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira cantada e dançada desde 1984 pelo Bloco Afro Akomabu colabora para este processo de construção da identidade negra e para o reconhecimento e valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, conforme o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, jan.-jun. 2003.

\_\_\_\_\_. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD: SEPPPIR, 2009.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: MEC/SECADI: SEB: CNE/CEB, 2012.

**CÉU sem eternidade**. Direção de Eliane Caffé. Brasil, 70 min., 2011, documentário.

FALKEMBACH, E. M. F. Sistematização, uma arte de ampliar cabeças. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA/PDA. **Arte de ampliar cabeças: uma leitura transversal**. Brasília: MMA: PDA, 2006.

GOHN, M. G. M. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, N. L. Apresentação. In: Desigualdades e diversidade na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 33, p. 687-693, 2012.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

\_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182. jan.-jun. 2003.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2015. Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, vol. 4, n. 8, p. 06-14, jul.-out. 2012. Disponível em:  
<<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/358>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre raça, ações afirmativas e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-47, dez.-fev., 2005-2006.

RODRIGUES, T. C. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA, I. de; GONÇALVES E SILVA, P. B.; PINTO, R. P. (Org.). **Negro e Educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa: ANPED, 2005.

SANTOS, B. de S. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 41-133.

“AUTOR”. **O Bloco Afro Akomabu como espaço de educação não-formal**. 2013. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.

SILVA, P. B. G. e; GONÇALVES. L. A. O. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 135-158, set.-dez., 2000.

**Artigo recebido em 12/05/2016.**  
**Aceito para publicação em 27/06/2016.**

<sup>i</sup> A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, anteriormente modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

<sup>ii</sup> Apesar de ter surgido em 1979, apenas no ano seguinte a entidade conseguiu se organizar juridicamente.

<sup>iii</sup> Segundo os dados da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2015), o Maranhão é o estado com o maior percentual de população negra no Brasil: 80,6%

<sup>iv</sup> O Cadernos de Pesquisa n. 63 (1987), produzido pela Fundação Carlos Chagas, foi elaborado a partir desse seminário.

<sup>v</sup> A Assembleia Nacional Constituinte ocorreu entre 01 de fevereiro de 1987 e 05 de outubro de 1988.

<sup>vi</sup> Posteriormente denominada Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

<sup>vii</sup> Sobre as repercussões negativas para as comunidades quilombolas ocasionadas pela construção do centro de lançamento de foguetes em Alcântara, indicamos o documentário "Céu sem Eternidade" (2011) de Eliane Caffé.

<sup>viii</sup> Vale citar que, apesar do trecho constitucional adotar a denominação “remanescentes das comunidades dos quilombolas”, o “Projeto Vida de Negro” prefere adotar a categoria “terras de preto” em função da autodenominação difundida no meio rural maranhense, onde existem centenas de povoados.

<sup>ix</sup> Segundo “Autor” (2013, p. 31), “Construída para fins militares em 1821 para funcionamento de uma Casa de Pólvora, a atual sede do CCN-MA também fora, em meados do século XIX, utilizada como depósito de escravizados. No dia 05 de dezembro de 1978, o prédio onde hoje funciona o CCN foi reconhecido como patrimônio histórico artístico e paisagístico do Estado do Maranhão. Porém a obtenção da sede por meio legal só ocorreu através da Lei Municipal nº 3.373 de 29 de dezembro de 1994. ‘Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, do domínio pleno de uma área de terreno situada na Rua dos Guaranis, Quadra 223, Lote 298 – Barés, bairro do João Paulo”.

<sup>x</sup> O Abanjá (significa em Yorubá “Na luta agora já”) é o grupo de dança do Bloco Afro Akomabu. Completou 30 anos de existência e foi o tema do Carnaval 2015.

<sup>xi</sup> Em meados dos anos 1990 o Bloco Os Filhos do Akomabu integrou crianças e adolescentes que eram filhos(as) dos(as) integrantes do Bloco Afro Akomabu.